
DESAFIOS PARA 2013

- Programa de Aceleração do Crescimento
 - Reforma Agrária
 - Brasil Carinhoso
 - Segurança Pública
 - Copa do Mundo 2014 e Jogos Olímpicos 2016
 - Expansão e Modernização da Rede de Atendimento da Previdência Social
 - Plano Brasil Sem Miséria
- 

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

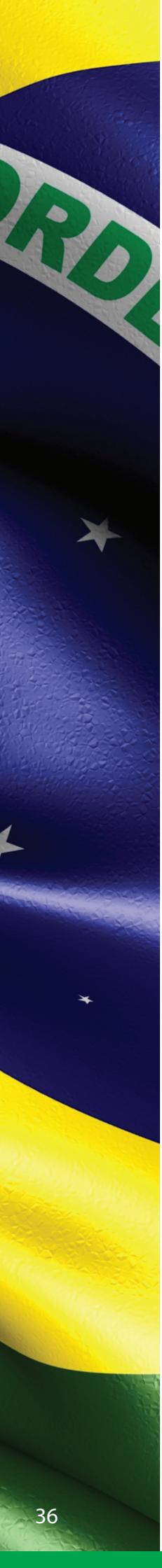
A segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, mais conhecido como PAC 2, além de reforçar os investimentos relacionados ao setor de infraestrutura, que compunham a primeira parte do Programa e continuam sendo fundamentais ao crescimento do País, tem buscado sanar os problemas históricos sociais e urbanos que acometem a população brasileira, decorrentes do rápido crescimento e adensamento das cidades.

Nesse sentido, o conjunto de empreendimentos do PAC 2 constitui um importante instrumento para a consolidação do crescimento nacional e de resgate da cidadania, a partir da concessão de financiamentos e de investimentos oriundos dos setores público (Governo Federal, empresas estatais e contrapartidas estaduais) e privado, agrupados em seis eixos, conforme discriminado na Tabela 7, que detalha o volume de recursos federais relativos aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social previstos para o exercício de 2013:

Tabela 7: Recursos destinados ao PAC, estruturado por eixos, 2013.
(Contempla somente recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social)
(R\$ milhões)

EIXO	Valor
Eixo Transportes	19.088
Rodovias	13.979
Ferrovia	1.991
Aeroportos	1.787
Portos	951
Hidrovias	380
Eixo Minha Casa, Minha Vida	13.940
Minha Casa, Minha Vida	12.580
Urbanização de assentamentos precários	1.360
Eixo Comunidade Cidadã	6.141
Creches e pré-escolas	1.984
Quadras esportivas nas escolas	1.169
Unidades Básicas de Saúde - UBS e de Pronto Atendimento - UPA	1.588
Praças dos esportes e da cultura	600
Olimpíadas	500
Cidades históricas	300
Eixo Cidade Melhor	6.719
Prevenção em áreas de risco	2.661
Saneamento	2.430
Mobilidade urbana	1.628
Eixo Água e Luz para Todos	5.770
Recursos hídricos	5.102
Água em áreas urbanas	668
Eixo Energia	367
Subtotal dos eixos	52.025
Subtotal das despesas com GAP	220
Total	52.245

Fonte: Secretaria de Orçamento Federal - SOF (elaboração própria).



O crescimento dos investimentos em infraestrutura, principalmente os relativos ao eixo **Transportes**, que abrange os modais rodoviário, ferroviário, aeroportuário, portuário e hidroviário, é condição necessária para o desenvolvimento do Brasil e continua sendo uma das prioridades do Governo para redução dos custos logísticos, garantia do escoamento da produção, melhoria da competitividade dos produtos nacionais, tanto no mercado interno quanto no externo, apoio à indústria do turismo e promoção da integração das diversas regiões, dinamizando a economia e facilitando a circulação da população.

Nesse contexto, as rodovias têm papel importante tanto para o transporte de bens e pessoas quanto para a integração. Os investimentos previstos para 2013 no setor visam aumentar a cobertura geográfica das rodovias pavimentadas, manter os trechos que se encontram pavimentados, bem como melhorar e ampliar as condições de rodagem e segurança dos usuários, por meio da manutenção de 64,8 mil km da malha rodoviária federal e da execução de obras de construção e adequação de trechos rodoviários, com prioridade para a BR-101 nos Estados do Nordeste e de Santa Catarina, BR-116 no Estado de São Paulo, BRs 163/230 no Estado do Pará e BR-381 no Estado de Minas Gerais.

Ainda no modal rodoviário, serão destinados recursos para execução de estudos, projetos e planejamento de infraestrutura de transportes, com vistas a assegurar o desenvolvimento do setor e atender às exigências estabelecidas em lei, relacionadas ao PAC e às normas ambientais vigentes, e para as ações voltadas à segurança nas estradas, mediante controle de pesagem e de velocidade de veículos, de forma a evitar a deterioração precoce das rodovias federais, causada pelo tráfego de veículos com excesso de peso, e reduzir acidentes em rodovias federais.

Em relação às estradas vicinais, a ação governamental de construir e recuperá-las visa, além de baratear os custos de frete dos insumos, gerando ganho indireto para o produtor e/ou consumidor, ampliar o acesso dos agricultores às políticas de desenvolvimento para o setor. Essa intervenção traz melhorias para o escoamento da produção agrícola e o consequente abastecimento das zonas urbanas, além de contribuir com a facilitação do acesso da população rural a serviços básicos como educação, saúde e lazer. Sob o ponto de vista ambiental, ajuda no controle de erosão e perda de solo, conserva e recupera as áreas marginais às estradas e reduz o assoreamento de córregos e rios.

O transporte ferroviário é tido como uma excelente solução logística para muitos segmentos. Nesse modal, o Governo Federal tem focado no incremento qualitativo e quantitativo do transporte de cargas para escoamento da produção, promovendo, inclusive, a interação com o sistema portuário com o objetivo de otimizar a utilização da malha de transportes e reduzir custos. Destaca-se a construção da Ferrovia Norte-Sul, no trecho que se inicia em Açailândia, no Estado do Maranhão, e segue até o Município de Estrela D'Oeste, em São Paulo, totalizando 2.936,0 km, dos quais 1.708,0 km já estão concluídos, e da Ferrovia da Integração Oeste-Leste que, partindo de Ilhéus, no Estado da Bahia, chega a Figueirópolis, no Tocantins, onde se liga à Ferrovia Norte-Sul, num total de 1.527,0 km, cujas obras no trecho entre Ilhéus e Barreiras foram iniciadas em 2012.

Tem-se buscado, ainda, a melhoria do transporte de passageiros como alternativa que pode ser utilizada para beneficiar o meio ambiente, por meio da redução do número de veículos rodoviários geradores de poluentes. Citem-se, por exemplo, os investimentos voltados à exploração do serviço de transporte ferroviário de passageiros ligando as cidades do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Campinas pelo sistema de Trem de Alta Velocidade – TAV.

Além da construção de novas ferrovias e da implantação do TAV, deve-se destacar a eliminação de gargalos importantes na malha existente, como a construção da Variante Ferroviária de Camaçari, no Estado da Bahia, que tem por objetivo desviar o trajeto da linha férrea que hoje passa dentro do Município, com vistas a reduzir o tempo de viagem, diminuir o número de acidentes e permitir o fim dos conflitos entre ferrovia e circulação de pedestres e veículos. Também estão sendo executadas obras envolvendo a construção dos contornos dos Municípios de São Francisco do Sul e Joinville, no Estado de Santa Catarina, e de Araraquara, no Estado de São Paulo.

No que se refere ao modal aeoroportuário, a aviação brasileira tem apresentado expressivo crescimento, acompanhando o desenvolvimento acelerado da economia. Há expectativa de aumento ainda maior no tráfego aéreo de passageiros e cargas em face dos preparativos e da realização dos grandes eventos sediados pelo País, que impõem a necessidade de assegurar confiabilidade e segurança, minimizando riscos, acidentes e entraves operacionais. Para o setor, o Governo Federal destinará, em 2013, cerca de R\$1.786,9 milhões, para o provimento de infraestrutura e de serviços aeroportuários, concentrando esforços em investimentos que assegurem a operacionalidade dos aeroportos, a segurança e o conforto de passageiros. Ademais, também estão previstas reformas e ampliações de aeroportos públicos regionais, por meio de parcerias com os governos responsáveis pelos terminais.

No que tange à área portuária, o Brasil, apesar de se consolidar como a sexta economia do mundo, ainda busca oferecer condições de infraestrutura portuária em patamar de competitividade com os portos mais eficientes do mundo. A atividade portuária, além de crucial para o equilíbrio da Balança Comercial, é uma das principais indutoras de desenvolvimento do País. Com o objetivo de mudar esse cenário, o Governo Federal deverá investir, em 2013, cerca de R\$ 951,0 milhões no setor portuário, no âmbito do PAC. Os empreendimentos priorizam a manutenção, a recuperação e a ampliação da infraestrutura portuária; a construção e a ampliação de berços; o reforço estrutural de cais; o melhoramento da gestão dos portos e do controle do tráfego de navios; a adequação de profundidade dos portos por meio do Programa Nacional de Dragagem - PND; a recuperação de molhes de canal de acesso; e a ampliação da eficiência logística. Com essas ações, busca-se imprimir maior dinamismo à economia, aumentar a competitividade, reduzir o "Custo Brasil", alcançar ganhos de produtividade operacional e preparar o setor para atender ao crescimento da demanda decorrente da realização de eventos internacionais que o País sediará.

No setor hidroviário, estão em andamento projetos que visam à melhoria da navegação das hidrovias com o intuito de elevar a participação desse modal na matriz de transporte do País e de contribuir para a expansão do comércio exterior, com destaque para a Hidrovia do Tietê e da construção de terminais fluviais na região amazônica, destinados a impulsionar o desenvolvimento regional e melhorar as condições de segurança na movimentação de pessoas e cargas na mais importante bacia hidrográfica do País.

O eixo **Minha Casa, Minha Vida** tem como meta assegurar o acesso à moradia digna a milhares de brasileiros, mediante o desenvolvimento de um conjunto de ações que proporcionam não somente a oferta de moradia, mas também qualidade de vida e inclusão urbana. Nesse sentido, em 2009, foi lançado o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, com o objetivo de reduzir o déficit habitacional no Brasil por meio de construção, aquisição ou reforma de unidades habitacionais urbanas e rurais, em especial as voltadas ao atendimento da população de baixa renda, cujos recursos destinados para 2013 possibilitarão a contratação de mais de 360 mil moradias.



Adicionalmente, em 2013, recursos federais serão destinados ao apoio de planos municipais relacionados à urbanização de assentamentos precários que envolvem intervenções integradas de habitação, regularização fundiária, infraestrutura e inclusão socioambiental, tais como urbanização de favelas, recuperação ambiental de mananciais, ordenação urbanística, implantação de sistemas de saneamento básico, construção de equipamentos comunitários, reassentamento de famílias residentes em áreas sujeitas a riscos, desenvolvimento de trabalho social comunitário e implantação e parcelamento de glebas.

Visando assegurar melhor qualidade de vida à população, o Governo Federal estruturou o eixo **Comunidade Cidadã** com investimentos nas áreas de educação, saúde, cultura e esporte e lazer. Os investimentos no PAC, na área de educação, visam melhorar os índices de alfabetização das crianças brasileiras. Para tanto, conta com o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil - Proinfância, que surgiu para adquirir equipamentos e garantir a construção e a reforma de creches e pré-escolas públicas no País. Com o apoio do Proinfância, está prevista a construção de 6.427 estabelecimentos até 2014, com investimento de R\$ 7,6 bilhões. Para 2013, os recursos serão da ordem de R\$ 1.984,2 milhões, a fim de atingir a meta de atendimento de 1.500 estabelecimentos.

O Programa de Construção e Cobertura de Quadras Esportivas Escolares, por sua vez, tem o objetivo de melhorar a estrutura física para realização de atividades pedagógicas, recreativas, culturais e esportivas em escolas públicas de ensino fundamental e médio, com quinhentos alunos ou mais. A proposta é atender a 10.116 escolas até 2014, sendo 6.116 para construção de quadras cobertas e 4 mil para cobertura de quadras existentes. O investimento total será de R\$ 4,1 bilhões, sendo R\$ 1.168,6 milhões alocados para o exercício de 2013.

No âmbito do PAC 2, o setor de saúde prevê para 2013 a construção e ampliação de 5.150 Unidades Básicas de Saúde - UBSs com investimentos estimados em R\$ 1.156,4 milhões. Quando devidamente estruturadas e em pleno funcionamento, as UBSs conseguem resolver as demandas primárias da comunidade em atendimento de saúde e possibilitam melhor organização e funcionamento dos serviços de média e alta complexidade.

Há previsão, ainda, de implantação, em 2013, de 125 novas Unidades de Pronto Atendimento - UPAs 24h com investimentos estimados em R\$ 431,6 milhões, que funcionam como estruturas de complexidade intermediária entre as UBSs e as portas de urgências hospitalares, onde, em conjunto com estas, compõem a Rede de Atenção às Urgências. As UPAs oferecem estrutura simplificada, contando com equipamentos de raio x, eletrocardiografia, pediatria, laboratório de exames e leitos de observação, onde os médicos prestam socorro imediato e analisam a necessidade de encaminhar o paciente até um hospital ou mantê-lo em observação por 24 horas. Ao resolver problemas que seriam encaminhados diretamente aos hospitais, as UPAs conseguem diminuir as filas nos prontos-socorros das unidades hospitalares.

No que se refere ao setor de esporte e lazer, em 2013, serão ampliados os investimentos em infraestrutura, com a implantação de 198 Praças do Esporte, que compõem o eixo Comunidade Cidadã do PAC 2. Trata-se de equipamentos públicos multiusos voltados à prática do esporte e lazer e à formação cidadã que serão implantados em áreas urbanas em situação de pobreza e extrema pobreza.

Em 2013 espera-se, ainda, concluir a implantação das 350 **Praças dos Esportes e da Cultura** contratadas, as quais também constituem o eixo Comunidade Cidadã. As referidas Praças possuem como alvo os territórios de alta vulnerabilidade social das cidades brasileiras e objetivam integrar, em um mesmo espaço físico, diversas iniciativas sociais.

Em relação aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, serão gastos R\$ 500,0 milhões com a implantação de infraestrutura esportiva, tais como a construção do Autódromo do Rio de Janeiro e do laboratório *antidoping*, a construção dos Centros Olímpicos de Treinamento da Barra e de Deodoro, entre outros.

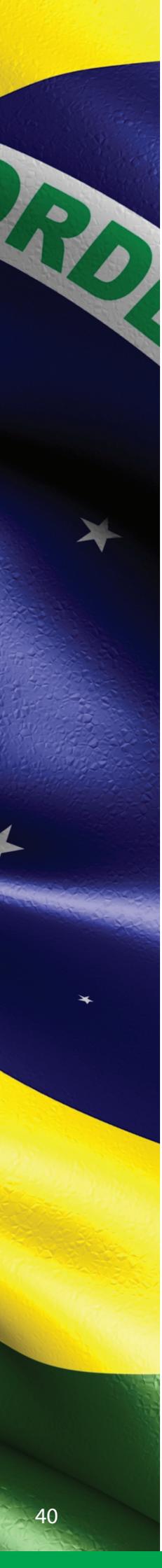
Ainda no que concerne ao eixo Comunidade Cidadã do PAC, destaca-se o projeto Preservação do Patrimônio das Cidades Históricas, que contará com o valor de R\$ 300,0 milhões para 2013. Seu objetivo é o de planejar, desenvolver, fomentar, coordenar, monitorar e avaliar ações de preservação do patrimônio cultural brasileiro, sendo pactuado, prioritariamente, por meio de acordos de preservação do patrimônio cultural, com vistas ao desenvolvimento socioeconômico.

O eixo **Cidade Melhor** está estruturado em investimentos fundamentais à oferta de serviços e infraestrutura social à população das cidades brasileiras, com vistas à universalização dos serviços de saneamento, à melhoria das condições de trafegabilidade e mobilidade nas principais capitais do País e à prevenção de tragédias provocadas por desastres naturais em áreas de risco, cujas obras são realizadas em parceria com Estados e Municípios.

As intervenções de saneamento visam melhorar a qualidade de vida nos centros urbanos, mediante oferta de ambientes mais salubres, observadas a compatibilidade com as políticas de proteção ambiental e de desenvolvimento local e regional. Nesse sentido, para 2013, serão beneficiadas mais de 430 mil famílias com recursos da União para o desenvolvimento de projetos relativos a esgotamento sanitário (coleta, tratamento e destinação final), gestão de resíduos sólidos urbanos (coleta de lixo e disposição de resíduos sólidos) e ações de saneamento integrado, entre os quais se destacam as ampliações dos sistemas de esgotamento sanitário na Baixada Santista, no Estado de São Paulo, que inclui a implantação de sete estações de tratamento de esgoto, de forma a beneficiar 370 mil famílias, com vistas a alcançar 95% de cobertura de coleta e tratamento de esgoto na região, e em Fortaleza, no Estado do Ceará, com o objetivo de elevar a cobertura de coleta e tratamento de esgoto de 52% para 63%, beneficiando 150 mil famílias.

Em relação à mobilidade urbana no Brasil, o Governo Federal apoiará a implementação de projetos integrados para a melhoria da infraestrutura viária dos serviços de transporte coletivo sobre pneus, integrados aos meios não motorizados, tais como a construção de pontes, viadutos e terminais de transbordo de passageiros, as obras civis de pavimentação e a segregação de vias e a criação de corredores de ônibus exclusivos. Ainda nesse setor, estão em execução a expansão e a modernização das malhas metroviárias de trens urbanos das capitais dos Estados da Bahia, do Ceará, de Minas Gerais e de Pernambuco.

Com o objetivo de proteger a população de deslizamentos e inundações, será implantado o Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais – Cemaden, de forma a subsidiar os agentes de proteção civil na tomada de decisões antes da ocorrência do fenômeno natural. Além disso, serão realizadas ações de Prevenção em Áreas de Risco, tais como a construção de reservatórios de amortecimento e de obras de dragagem, a retificação e canalização de rios, a implantação e/ou ampliação dos sistemas de manejo de águas pluviais, e ações de incentivo ao reuso das águas pluviais. Em 2013, destacam-se as intervenções na Baixada Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro, cuja meta é beneficiar 500 mil famílias por meio de obra de macrodrenagem, recuperação ambiental, reassentamento de famílias residentes nas margens dos rios Botas e Sarapuí e no Igarapé do Mindu, no Estado do Amazonas, que visam atender 48 mil famílias por meio do reassentamento da população ribeirinha, da execução de obras de macrodrenagem, da urbanização e recuperação ambiental, além da construção de parques lineares, corredor ecológico, pontes e reservatórios de acumulação de cheias.



O eixo **Água e Luz para Todos** pretende desenvolver as atividades econômicas e expandir o abastecimento de água para consumo humano (áreas urbanas e rurais), realizando obras que concorram para o aumento da produção, cobertura e regularidade da oferta de água e reduzam as perdas no seu armazenamento e transporte. Para tanto, serão executadas obras necessárias à implementação de perímetros de irrigação, à construção de cisternas e de sistemas simplificados de abastecimento de água, à construção e manutenção de barragens, adutoras e sistemas de abastecimento de água e à integração e revitalização da Bacia do Rio São Francisco.

Será dada continuidade às obras de integração da Bacia do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixo Leste), bem como às obras da Adutora do Agreste, que tem por objetivo levar a água da transposição para 68 Municípios do Agreste e do Sertão Pernambucano, e com o Canal Adutor do Sertão Alagoano, que possibilitará o desenvolvimento socioeconômico da região oeste do Estado de Alagoas, a qual abrange 42 Municípios. Também terão continuidades as obras de integração com as Bacias dos Rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi (Eixo Norte), além da Adutora do Oeste, que atende a 13 Municípios e 24 Distritos, e do Ramal de Entremontes, para atendimento da demanda das bacias dos rios Brígida e Moxotó. No que se refere à revitalização, serão realizadas obras de implantação, ampliação e melhoria de sistemas públicos de esgotamento sanitário em Municípios das Bacias dos Rios São Francisco e Parnaíba.

Para incremento da oferta de água, será dado prosseguimento à construção do Canal Vertente Litorânea, no Estado da Paraíba, e de barragens, tais como a de Congonhas e de Jequitaiá, no Estado de Minas Gerais, e de Oiticica, no Estado do Rio Grande do Norte. Também será dada continuidade às obras de diversos perímetros de irrigação, os quais propiciam a prática da agricultura irrigada, que permite culturas fora de época e de diferentes regimes de chuvas, melhorando e diversificando a produção. Entre as obras, destacam-se os casos de Baixio de Irecê, no Estado da Bahia, e de Platôs de Guadalupe, no Estado do Piauí.

Adicionalmente, o Governo Federal desenvolverá iniciativas com vistas a aumentar a oferta de água em áreas urbanas, mediante a ampliação dos sistemas de abastecimento e o combate ao desperdício de água. Para tanto, estão previstas ações de apoio às intervenções na infraestrutura de abastecimento, desde a captação até às ligações domiciliares, e de promoção de tecnologias apropriadas e substituição de equipamentos obsoletos. Para 2013, prevê-se beneficiar aproximadamente 280 mil famílias com distribuição de água.

No eixo **Energia**, essencial para a garantia do crescimento econômico sustentável e do desenvolvimento social do País, serão realizados mapeamentos geológicos, geofísicos e da geodiversidade do território brasileiro e de águas internacionais, voltados à mineração e à prospecção de petróleo e gás natural, com vistas a atrair capitais privados e, conseqüentemente, gerar divisas para as diversas regiões brasileiras. As informações obtidas são disponibilizadas à sociedade para orientar a tomada de decisão das empresas interessadas na exploração, produção e transformação dos recursos minerais, do petróleo e do gás natural. Para 2013, preveem-se investimentos suficientes para viabilizar os conhecimentos geológico, geofísico e da geodiversidade de uma área aproximada de 2,0 milhões de quilômetros quadrados.

REFORMA AGRÁRIA

A Reforma Agrária atualmente implantada no País busca desenvolver um novo modelo de assentamento, com base na viabilidade econômica, na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento territorial, considerando a adoção de instrumentos fundiários adequados a cada público e a cada região.

Boa parte das ações voltadas para Reforma Agrária é realizada por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, com a missão prioritária de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União. O Instituto, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, se faz presente no território nacional por meio de trinta Superintendências Regionais.

Nos últimos anos, o Incra incorporou entre suas prioridades a implantação de um modelo de assentamento com a concepção de desenvolvimento territorial. O objetivo é instituir modelos compatíveis com as potencialidades e biomas de cada região do País e fomentar a integração espacial dos projetos. Outra tarefa importante no trabalho da autarquia é o equacionamento do passivo ambiental existente, a recuperação da infraestrutura e o desenvolvimento sustentável dos mais de 8 mil assentamentos existentes no País.

Desde 1994, foram assentadas mais de 1 milhão de famílias. Nos últimos 5 anos, desde 2007, foram cerca de 255 mil, e a meta para 2013 é de 30 mil famílias.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário disponibiliza serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - Ater, cujo principal objetivo é melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias rurais por meio do aperfeiçoamento sustentável dos sistemas de produção e dos mecanismos de acesso a recursos, serviços e renda. A Ater abrange um serviço de educação não formal, de caráter continuado no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais. Para o próximo ano, a meta é atender 380 mil famílias pelo Programa com a aplicação de R\$ 340,0 milhões.

A Reforma Agrária pressupõe não apenas a distribuição da terra, mas a oferta das condições necessárias ao desenvolvimento das famílias assentadas, entre as quais se insere a educação. Desde que foi criado, em 1998, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - Pronera beneficiou cerca de 450 mil jovens e adultos que vivem no meio rural, destes, 347 mil foram beneficiados entre 2003 e 2010, quando foram investidos cerca de R\$ 201,7 milhões. O programa oferece cursos de educação básica (alfabetização e ensinamentos fundamental e médio), técnicos profissionalizantes de nível médio, cursos superiores e de especialização. Entre os beneficiados, além dos assentados, estão: agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, acampados, trabalhadores rurais assalariados, quilombolas, caiçaras, povos da floresta e caboclos.

As ações de educação no campo visam beneficiar 14 mil alunos em 2013, com o direcionamento de R\$ 30,0 milhões para esse fim. Os recursos serão aplicados na educação de 10 mil jovens e adultos, na formação de 2,6 mil alunos de níveis médio e superior e, por último, na concessão de bolsas de estudo a 1,4 mil alunos.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário tem por objetivo criar oportunidades para que as populações rurais alcancem plena cidadania, por meio da promoção do desenvolvimento sustentável de modo a pro-



piciar o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria da renda. Nesse âmbito, serão investidos aproximadamente R\$ 200,0 milhões em ações voltadas para infraestrutura básica, beneficiando 20,5 mil famílias.

O Programa de **Cadastro de Terras e Regularização Fundiária** viabiliza aos agricultores familiares a permanência na terra, por meio da segurança jurídica da posse do imóvel. Além disso, permite o conhecimento da situação fundiária brasileira, tornando-se um instrumento para o planejamento e a proposição de políticas públicas locais, como o crédito rural e a assistência técnica. São beneficiários do Programa os pequenos posseiros e os proprietários dos imóveis rurais objetos da ação de cadastro e regularização fundiária. As áreas prioritárias são aquelas nas quais há ocorrência de posses passíveis de titulação, incidência de “grilagens”, concentração de pequenas propriedades, bem como as áreas onde existam projetos de desenvolvimento territorial e local. Em 2013, na regularização fundiária, serão investidos R\$ 5,0 milhões com a meta de regularizar 10 mil imóveis.

BRASIL CARINHOSO

Lançado em maio de 2012, o Programa Brasil Carinhoso representa uma iniciativa do Governo Federal, o qual garantirá que famílias extremamente pobres, com crianças na faixa etária de 0 a 6 anos de idade, vivam com renda mínima superior a R\$ 70,00 (setenta reais) por pessoa. Além disso, estão previstos investimentos para a ampliação do número de vagas existentes em creches para o atendimento desse público.

As famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família que, mesmo com o benefício, continuem na extrema pobreza (renda por pessoa de até R\$ 70,00) e tenham crianças de até 6 anos, passarão a receber um valor extra que corresponderá ao necessário para que a renda familiar por pessoa supere R\$ 70,00.

Até 2014, estima-se que serão destinados R\$ 10,0 bilhões ao Brasil Carinhoso, os quais serão utilizados para a ampliação dos recursos do Programa Bolsa Família (beneficiando 2 milhões de famílias e cerca de 2,7 milhões de crianças), para a construção de creches (meta de 6.427 unidades) e para o atendimento de saúde. Em 2013, serão aplicados R\$ 4,7 bilhões, dos quais R\$ 2,3 bilhões serão destinados ao aumento de renda dos beneficiários do Programa Bolsa Família e R\$ 2,4 bilhões ao financiamento de creches, além dos recursos disponibilizados no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS para a distribuição de vitamina "A" e de medicamento para asma.

SEGURANÇA PÚBLICA

A política nacional de segurança pública está voltada não apenas à modernização e ao aprimoramento das forças policiais, mas também à parceria do Governo Federal com Estados, Municípios e entidades da sociedade civil, no desenvolvimento de políticas que atacam as causas da violência e da criminalidade, com o desafio de implementar iniciativas que resultem na diminuição de suas taxas.

As políticas de prevenção à violência e à criminalidade, desenvolvidas no âmbito do Ministério da Justiça, consistem em ações que articulam segurança pública e políticas sociais de natureza estrutural e de caráter local. Envolvem iniciativas de apoio à implementação de políticas sociais e de segurança cidadã, ao fortalecimento de instituições de segurança pública e à valorização de profissionais e operadores de segurança pública, entre outras, sob a responsabilidade da Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp.

À Senasp cabe, também, o esforço de aprimoramento da Rede Infoseg - Sistema Integrado de Informações de Justiça e Segurança Pública, voltado à integração e interoperabilidade com os diversos sistemas e tecnologias na área de segurança pública cujos dados permitem aumentar a racionalidade quanto ao uso de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP. Destaca-se, ainda, a implantação do Registro de Identidade Civil - RIC, que consiste na emissão de documento de identificação aos cidadãos brasileiros, com número único em uma base de dados nacional e com certificação digital. O RIC moderniza o sistema de identificação civil do País, garante que o registro do cidadão será único, amplia os mecanismos preventivos de segurança pública e concretiza os avanços tecnológicos que posicionam o Brasil na vanguarda da identificação civil.

Os recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP, dentro da proposta de estruturação de um Sistema Único de Segurança Pública - Susp, apoiam a modernização organizacional e tecnológica dos órgãos de segurança pública dos Estados e dos Municípios, fornecem equipamentos para o reaparelhamento das suas polícias e ajudam na qualificação profissional de seus agentes.

Ademais, a União, por meio da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal, atua diretamente no combate à criminalidade, principalmente no que diz respeito ao crime organizado, à corrupção, ao tráfico de drogas e de pessoas, à exploração sexual de crianças e de adolescentes, à lavagem de dinheiro, aos crimes contra o meio ambiente e os transnacionais.

Para 2013, a Polícia Federal contará com recursos da ordem de R\$ 798,7 milhões para manter seus esforços na intensificação da fiscalização do fluxo migratório e no aprimoramento das ações de combate à criminalidade. A Polícia Rodoviária Federal atua de forma ostensiva nas rodovias federais, pontuando suas intervenções no combate a ilícitos, principalmente no roubo de veículos e de cargas, na segurança aos usuários das vias, no enfrentamento de crimes ambientais, de exploração sexual de crianças e de adolescentes. Para o exercício de suas atribuições, terá em 2013 dotações no montante de R\$ 326,2 milhões.

No enfrentamento a ilícitos característicos de regiões de fronteira (tráfico de drogas, de armas e de pessoas, crimes ambientais e fiscais, como o contrabando e o descaminho), o Ministério da Justiça terá um orçamento de R\$ 307,2 milhões para implementar o Plano Estratégico de Fronteiras, que prevê a realização de operações integradas entre os órgãos de segurança pública federais (Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e a Força Nacional de Segurança Pública) e as Forças Armadas, para prevenir e reprimir ilícitos transnacionais, em cooperação com os países que fazem fronteira com o Brasil.

O Plano Estratégico de Fronteiras abrangerá uma área de 2.357 milhões de quilômetros quadrados, o que equivale a 27% do território nacional, em ações que cobrirão os principais pontos da linha de fronteira, cuja extensão é de 16.886 km. A faixa de fronteira projeta-se por 150 quilômetros para dentro do território nacional, a partir da linha divisória com os dez países vizinhos, e compreende 11 Estados, 710 Municípios e uma população de 10,9 milhões de pessoas.

O elevado déficit prisional no País impõe-se como outro grande desafio para o Governo Federal na área de segurança pública, no que diz respeito ao apoio financeiro aos Estados na geração de novas vagas. O Departamento Penitenciário Nacional - Depen busca amenizar carência de vagas com a adoção de uma política de financiamento de projetos de construção e ampliação de unidades prisionais baseada nas realidades regionais, além de disseminar a aplicação de penas e de medidas alternativas pelos órgãos judiciais, no intuito de controlar o crescimento da população prisional.



COPA DO MUNDO 2014 E JOGOS OLÍMPICOS 2016

Com a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 haverá um leque significativo de oportunidades para diversos setores da economia. A cadeia produtiva do esporte servirá como alavanca de geração de empregos, negócios e renda. Na Matriz de Responsabilidades da Copa do Mundo FIFA 2014, estão comprometidos recursos financeiros em projetos de mobilidade urbana, aeroportos, portos, hotelaria e estádios. Com o aumento de investimentos em obras e serviços, a demanda por novos empregos deverá crescer consideravelmente e gerar oportunidades de trabalho para a população brasileira, o que deverá estimular a procura por qualificação profissional. Estudos apontam que 732 mil empregos serão gerados até a Copa do Mundo FIFA 2014. Já para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, estima-se que serão gerados aproximadamente 966 mil empregos até 2016.

Centros de Treinamento Esportivos serão implantados a partir da qualificação de estádios públicos, conforme critérios estabelecidos pela FIFA, bem como campos oficiais de treinamento.

Além disso, o Ministério do Esporte desenvolverá ações de comunicação e promoção do País que se intensificarão com a proximidade da Copa. Essas atividades têm caráter fundamental não só para atrair turistas e desenvolver o interesse dos brasileiros pelo evento, mas principalmente para melhorar a imagem do País. Outra atividade a ser desenvolvida será o programa de voluntariado para a Copa, que pretende captar 30 mil voluntários, ampliando o foco e intensificando a ação que será desenvolvida pela FIFA.

A elaboração e a implementação de planos de operação para o período da Copa do Mundo, incluindo a implementação do Monitoramento, são outras atividades a serem desenvolvidas. Em um primeiro momento, as cidades que sediarão a Copa das Confederações FIFA 2013 serão tratadas como prioritárias. A operação de monitoramento para o período dos eventos envolve áreas como malha aérea e operação aérea e portuária, transporte e mobilidade urbana, fornecimento de energia, telecomunicações e infraestrutura de tecnologia da informação, ações de saúde, prevenção e pronto-socorro, estruturas temporárias para a Copa e segurança.

Para a Copa do Mundo FIFA 2014, as despesas a serem realizadas preveem a continuidade das atividades de coordenação do Comitê Gestor da Copa - CGCOPA, com aumento nas atividades de monitoramento da Matriz de Responsabilidades (documento que define as responsabilidades de cada ente público no que tange às ações referentes à Copa), bem como de acompanhamento e monitoramento de ações realizadas por outros entes públicos e privados com impacto na realização da Copa do Mundo, a saber: estádios das doze cidades-sede, aeroportos, portos, mobilidade urbana e hotelaria. Em 2013, para essas atividades do Ministério, serão alocados R\$ 230,0 milhões.

Em relação aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, o Ministério do Esporte tem como um de seus objetivos prover condições para implantação, modernização e ampliação da infraestrutura necessária à preparação, realização e ao legado dos Jogos Rio 2016, bem como empreender esforços com vistas à preparação dos atletas brasileiros.

Em 2013, serão gastos recursos com a preparação de atletas, com a aquisição de equipamentos e materiais esportivos, com o custeio de equipes multidisciplinares e com a infraestrutura esportiva necessária à realização dos jogos, a qual compõe o PAC.

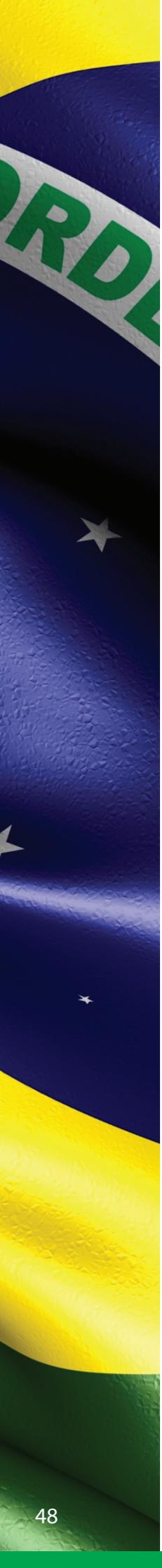
Ademais, o referido Ministério propiciará a implantação da Rede Nacional de Treinamento, a qual interligará os diversos Centros de Treinamento (local, regional e nacional) com vistas ao atendimento do atleta de alto rendimento e ao desenvolvimento do Programa Atleta Pódio, que oferece apoio pecuniário e multidisciplinar aos atletas para que possam alcançar um ótimo nível de performance.

Convém ressaltar, também, a criação, por meio da Lei nº 12.396, de 21 de março de 2011, da Autoridade Pública Olímpica - APO, que tem por objetivo coordenar a participação da União, do Estado e Município do Rio de Janeiro na preparação e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, especialmente para assegurar o cumprimento das obrigações por eles assumidas perante o Comitê Olímpico Internacional - COI. Para 2013, está previsto o montante de aproximadamente R\$ 1,0 bilhão para atender as responsabilidades da União relativas à preparação e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.

O Governo Federal está empenhado também em ampliar os benefícios da realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 para além da cidade do Rio de Janeiro. A Nacionalização dos Jogos tem como finalidade inserir os 26 Estados brasileiros e o Distrito Federal nos Jogos Olímpicos Rio 2016 como um projeto de nacionalização dos benefícios olímpicos e paraolímpicos para o Brasil, fortalecendo a estrutura, como a implantação de centros de treinamentos, a aquisição de novos equipamentos, e, assim, ampliando o legado desses grandes eventos e sendo fator de desenvolvimento para todas as regiões do País.

Deve ser ressaltado ainda que a realização dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro em 2016, com qualidade e excelência, não se limita à construção de arenas esportivas modernas e sustentáveis ou à melhoria da mobilidade urbana, por exemplo, mas alcança primordialmente o desempenho de atletas e equipes brasileiras nos Jogos. Para tanto, o Plano Medalha Olímpica 2016 irá possibilitar investimento adicional à preparação de atletas e equipes nacionais elencados entre os esportes com maior probabilidade de alcançar resultado esportivo em 2016. As linhas de apoio serão: seleções, centros de treinamento, apoio direto aos atletas e à ciência e tecnologia esportiva. A meta do Plano é colocar o Brasil em nono lugar pelo número de medalhas conquistadas nos Jogos Olímpicos Rio 2016.





EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DA REDE DE ATENDIMENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

As Agências da Previdência Social - APSs são responsáveis pela inscrição do contribuinte, para fins de recolhimento, bem como pelo reconhecimento inicial, manutenção e revisão de direitos ao recebimento de benefícios previdenciários e ampliação do controle social.

A fim de possibilitar melhor atendimento aos beneficiários da Previdência Social, o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS iniciou, em 2009, o Plano de Expansão de Rede de Atendimento da Previdência Social - PEX. Tal plano prevê que todo Município com mais de 20 mil habitantes possua uma unidade de atendimento do INSS.

Quando concluído, o PEX terá expandido a rede do INSS para mais 720 Municípios em todo o País, elevando o número de agências a 1.830 unidades, beneficiando um número maior de cidadãos. Em 2013, serão destinados R\$ 75,0 milhões para a instalação de 35 novas agências.

PLANO BRASIL SEM MISÉRIA

Visando atender 16 milhões de pessoas que vivem em situação de extrema pobreza no País, foi criado, em 2011, o Plano Brasil Sem Miséria, que aperfeiçoa e amplia as ações na área social e que tem como eixos de atuação: a garantia de renda, o acesso aos serviços públicos e a inclusão produtiva de pessoas extremamente pobres.

O **Programa Bolsa Família**, um dos principais eixos do Plano, tornou-se um marco como programa de transferência direta de renda, beneficiando famílias em situação de pobreza (renda *per capita* de até R\$ 140,00 mensal) e de extrema pobreza (renda até R\$ 70,00 mensal). Esse é o maior programa de transferência de renda direta condicionada da América Latina. O benefício financeiro, entre R\$ 32,00 e R\$ 306,00 mensais, é associado a contrapartidas que funcionam como mecanismos para melhorar a condição de saúde e de educação das crianças e dos jovens. Adicionalmente, o Programa provê acesso a direitos sociais básicos e à assistência social.

Em 2013, o Programa deverá atender cerca de 13,8 milhões de famílias, com recursos da ordem de R\$ 21,4 bilhões, incluídos os recursos destinados ao pagamento do benefício para a superação da pobreza extrema na infância, instituído no **Plano Brasil Carinhoso**.

As ações sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome direcionadas para a área rural preveem investimentos de R\$ 1.268,8 milhões beneficiando 267,4 mil famílias.. Também serão investidos R\$ 823,3 milhões para a construção de 228 mil cisternas e/ou estruturas de acesso à água.

Adicionalmente, serão investidos, com vistas à superação da pobreza, recursos da ordem de R\$ 483,4 milhões para: orientação profissional, encaminhamento de mão de obra para empregos, fomento a atividades empreendedoras, micro e pequenas empresas, estímulo à formalização do microempreendedor individual e oferta de cursos técnicos gratuitos com bolsas de auxílio, inclusive para catadores de materiais recicláveis.

No âmbito do Ministério da Educação, o **Programa Mais Educação**, estratégia indutora da política de educação integral, atenderá, em caráter prioritário, as escolas localizadas em regiões de vulnerabilidade social e que apresentam baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb. Para 2013, o orçamento previsto é de aproximadamente R\$ 2,3bilhões, atendendo 40 mil escolas.

No Ministério do Trabalho e Emprego, serão desenvolvidas ações voltadas à capacitação dos catadores de material reciclável, propiciando condições para o cooperativismo de grupos que atuem na reciclagem, bem como ao apoio às redes de comercialização e cadeias produtivas desse segmento.

Na Saúde, o Plano Brasil Sem Miséria está estruturado em cinco áreas: a) Programa Saúde da Família; b) Programa Rede Cegonha; c) Programa Saúde Não Tem Preço; d) Programa Olhar Brasil; e e) Programa Brasil Sorridente.

Com o **Programa Saúde da Família**, haverá o aumento das equipes nas regiões de maior concentração da população em extrema pobreza. No **Programa Rede Cegonha**, o objetivo é reduzir a mortalidade materna e neonatal com a implementação de uma rede de atenção que garanta atendimento adequado, seguro e humanizado desde a confirmação da gravidez, passando pelo pré-natal e pelo parto, até os dois primeiros anos de vida do bebê.



O **Programa Saúde Não Tem Preço**, iniciado em 2011, fornece gratuitamente remédios para hipertensão e diabetes nas farmácias credenciadas da rede Aqui Tem Farmácia Popular. É importante ressaltar que a hipertensão arterial é diagnosticada em cerca de 33 milhões de brasileiros e que 80% dos hipertensos – aproximadamente 22,6 milhões – são atendidos na rede pública de saúde. É importante informar que esse Programa atualmente beneficia cerca de 1,3 milhão de brasileiros por mês. Desses, aproximadamente 660 mil são hipertensos e 300 mil diabéticos. O Programa é desenvolvido pelo Governo Federal em parceria com a rede privada de farmácias e drogarias, que se credenciam espontaneamente ao firmarem convênio com o Ministério da Saúde. Com exceção dos medicamentos para diabetes e hipertensão (gratuitos), o Governo Federal financia 90% do valor de referência dos demais medicamentos que compõem o Farmácia Popular, cujo orçamento para 2013 será de R\$ 2.005,6 milhões.

Já o **Programa Olhar Brasil** é uma ação conjunta dos Ministérios da Saúde e da Educação para identificar problemas visuais nos alunos da rede pública, cidadãos inscritos no programa Brasil Alfabetizado e na população acima de 60 anos. Entre suas ações está a distribuição de óculos para sanar os problemas visuais.

Por fim, ainda na área da Saúde, o Governo aperfeiçoará a prestação de saúde bucal à população sem acesso a atendimento odontológico por meio do **Programa Brasil Sorridente**. Esse programa está assentado em seis pilares: a) reorganização da atenção básica em saúde bucal; b) ampliação e qualificação da atenção especializada; c) assistência na atenção terciária; d) prevenção e promoção; e) qualificação e reestruturação; e f) vigilância e monitoramento.

No âmbito do Ministério do Meio Ambiente, o **Programa Bolsa Verde** atenderá pelo menos 73 mil famílias em áreas definidas como prioritárias para a conservação ambiental, tais como unidades de conservação e projetos de assentamento, com recursos da ordem de R\$ 91,2 milhões, por meio da transferência trimestral de R\$ 300 a cada família que desenvolva atividade de conservação ambiental, manutenção da cobertura vegetal e uso sustentável da floresta. Ademais, serão investidos R\$ 93,3 milhões na instalação de 303 sistemas de dessalinização de águas subterrâneas captadas por meio de poços tubulares, de forma ambiental e socialmente sustentável, com vistas ao atendimento das populações de baixa renda em comunidades difusas do semiárido.

No âmbito do Ministério da Integração Nacional, estão previstos recursos da ordem de R\$ 170 milhões destinados ao apoio a iniciativas de aprimoramento da produção e inserção mercadológica, com o objetivo de elevar a renda familiar, ampliar o acesso à água e propiciar o acesso a oportunidades de ocupação e renda.

Sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário, será aplicado um total de R\$ 460,7 milhões para benefícios a 39 mil agricultores familiares no Programa de Aquisição de Alimentos; para prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural a 195 mil agricultores familiares e a 57 mil famílias residentes em assentamentos; e para apoio a 1.300 empreendimentos de diversificação econômica e agregação de valor na agricultura familiar.